



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Territórios: Cidades e Campos [AT]

LIGAÇÕES E PERCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO-RURAL EM PORTUGAL

1

BALTAZAR, Maria da Saudade

Doutoramento em Sociologia, CICS.NOVA.UÉvora & Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, baltazar@uevora.pt

REGO, Conceição

Doutoramento em Economia, CEFAGE_UE & Departamento de Economia da Universidade de Évora, mcpr@uevora.pt

RAMOS, Isabel Joaquina

Doutoramento em Planeamento Regional e Urbano, CICS.NOVA.UÉvora & Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento da Universidade de Évora, iar@uevora.pt

FREIRE, Conceição

Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem, CHAIA & Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento da Universidade de Évora, mcmf@uevora.pt

DIONÍSIO, Andreia

Doutoramento em Gestão, CEFAGE_UE & Departamento de Gestão da Universidade de Évora, andreia@uevora.pt

LUCAS, Maria Raquel

Doutoramento em Gestão, CEFAGE_UE & Departamento de Gestão da Universidade de Évora, mrlucas@uevora.pt

Resumo

Tradicionalmente considerado um país rural, Portugal caracteriza-se por assimetrias significativas ao nível da distribuição da população e da paisagem, da atividade económica e das dinâmicas sociais e culturais, que se traduzem em diferenças de desenvolvimento territorial, sustentabilidade e qualidade de vida entre as áreas urbanas e rurais. Porque muitas áreas rurais se têm urbanizado e perdido a sua identidade produtivo-agrícola e, também, porque algumas áreas urbanas têm incorporado conceitos e paisagens rurais, importa conhecer as perceções sobre o nível de bem-estar que os indivíduos registam no local onde residem e os factores de ligação entre o rural e urbano que fazem, nomeadamente, com que ambos sejam territórios de trabalho e mobilidade, residência ou evasão, cultura e lazer, tranquilidade ou agitação, ou seja, de bem-estar global.

A sociedade atual continua a adotar padrões de comportamento baseados numa lógica que impera desde há dezenas de anos ainda que a posição das várias atividades desenvolvidas no território, apoiada por novas acessibilidades e conectividades (físicas e eletrónicas), propicie o surgimento de vários usos do território, por vezes conflitantes. Esta nova realidade física distante do padrão vigente num passado recente, pressupõe significativas alterações de natureza muito diversas.

Partindo deste pressuposto e de uma abordagem multi-método, o objetivo é analisar as ligações entre as regiões urbanas e rurais, em Portugal, e a perceção de qualidade de vida que lhes é associada, a partir de informação secundária obtida do INE, PORDATA e de um estudo de caracterização da paisagem de Portugal continental e informação primária recolhida por sondagem a uma amostra da população portuguesa.

Abstract

Traditionally considered a rural country, Portugal is characterized by significant asymmetries in the distribution of population and landscape, economic activity and social and cultural dynamics, meaning differences in territorial development, sustainability and quality of life between rural and urban areas. Because many rural areas have been urbanized and lost its productive-agricultural identity and also because some urban areas have incorporated concepts and rural landscapes, it is important to understand the perception of well-being level that individuals have in the place where they live and the connecting factors between rural and urban that make both territories places of work and mobility, residence or evasion, culture and leisure, tranquility or excitement, let us say, overall well-being.

Contemporary society continues to adopt behavior patterns based on a logic that prevails since decades, although the localization of the different activities in the territory, supported by new access and connectivity (physical and electronic), allow multiple and different uses of the territory, sometimes conflicting. This new physical reality, very distant from the current standard in the recent past, means significant and very diverse changes.

Based on this assumption, and using a multi-method approach, the study aims to analyse the links between urban and rural areas in Portugal and the individuals' quality of life perception associated to each of those areas. Primary information was obtained by a questionnaire survey applied to a convenience sample of the population. Secondary data and information was collected on the official Portuguese Statistics (*INE* and *PORDATA*) and a characterization study of continental Portugal landscape.

Palavras-chave: Urbano-Rural; Perceção de Qualidade de Vida; Desenvolvimento; Portugal

Keywords: Urban-Rural; Quality of Life Perception; Development; Portugal

[COM0749]

Introdução

Portugal é caracterizado por assimetrias significativas tanto ao nível da distribuição e densidade da população como da atividade económica e das dinâmicas sociais e culturais. Diferentes territórios detêm diferentes dinâmicas humanas, sociais e culturais, que resultam da sua herança histórica, de diferentes contextos políticos e institucionais bem como da forma como os diferentes recursos endógenos são explorados pelos diversos agentes internos e externos. O modo como estes fatores se articulam entre si traduzem-se em paisagens muito diversas, diferentes níveis de desenvolvimento territorial e sustentabilidade bem como diferentes níveis de qualidade de vida, sobretudo entre as áreas urbanas e as áreas rurais. Assim, a perceção sobre o nível de bem-estar que os indivíduos registam no local onde residem é também muito diverso.

Na contemporaneidade assiste-se a uma dinâmica marcada pela urbanização de muitas áreas rurais, com perda da sua identidade produtivo-agrícola e, simultaneamente, à reintegração urbana de tipologias de espaços e atividades com carácter tradicionalmente mais rural. Neste processo de crescente complexidade de organização do espaço da paisagem é fundamental que se restabeleça o *continuum naturale* (no espaço urbano e rural) como elo de ligação física, permitindo a aproximação aos dois modos de vida e das pessoas. Esta estratégia é sustentada no facto de a paisagem desempenhar importantes funções de interesse público, nos campos cultural, social, ecológico e ambiental e de constituir um recurso favorável à atividade económica, conforme estabelecido na Convenção Europeia da Paisagem.

Tendo em atenção esta diversidade, o estudo tem como objetivo analisar: a) as ligações entre as áreas urbanas e rurais em Portugal e b) as razões pelas quais estes territórios são escolhidos pelos indivíduos como locais de trabalho e mobilidade, residência ou evasão, cultura e lazer, tranquilidade ou agitação, ou seja, de bem-estar global. O objetivo é distinguir as perceções individuais sobre níveis de qualidade de vida, tendo em atenção os atributos das correspondentes diferentes regiões.

Para o efeito, propõe-se uma abordagem metodológica multi-método. A área geográfica do estudo é Portugal continental, ao nível das NUTS III, classificadas de acordo com as suas características urbano-rurais. A estratégia diferenciadora desta pesquisa tem por base a aplicação de um questionário a uma amostra da população portuguesa para a obtenção de informação primária. A informação secundária é obtida através do INE, PORDATA e de um estudo de caracterização da paisagem de Portugal continental (Abreu et al., 2004). Compreender as ligações urbano-rural é fundamental para suportar medidas de política, tirar o máximo partido das transformações globais e desafiar muitos dos mitos existentes.

Depois desta introdução, o artigo está organizado da seguinte forma: na Secção 1 é feita uma revisão da literatura sobre os conceitos de rural, de urbano e de qualidade de vida. A Secção 2 apresenta e explora as variáveis para diferenciar as áreas urbanas das rurais bem como os domínios e variáveis para definir qualidade de vida. Os dados e métodos utilizados são explanados também nesta secção. Na Secção 3 são apresentados alguns dos resultados obtidos bem como a sua discussão. O artigo é concluído com algumas considerações finais.

1. Urbano, Rural e Qualidade de Vida

O conceito de urbano diz respeito à urbe ou à cidade, enquanto que o conceito de rural está ligado ao campo ou à vida agrícola. Correspondem-lhe secularmente dois mundos, que se distinguem pela maior afirmação de certas funções, atividades, grupos sociais, modos de vida e paisagens². O rural caracteriza-se pela organização em tornos de quatro domínios:

- *uma função principal: a produção de alimentos;*
- *uma atividade económica dominante: a agricultura;*
- *um grupo social de referência: a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios;*
- *um tipo de paisagem que reflete a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de atividades humanas desenvolvidas” (Ferrão, 2000, p. 46).*

O urbano envolve uma organização menos específica e mais complexa:

- várias funções principais (económicas, sociais, políticas, culturais);
- diversas atividades dominantes (comerciais, recreativas, educativas,...);
- diferentes grupos sociais;
- uma paisagem que compreende sempre o domínio do ambiente construído, inerte e do artificial, quase sempre com desequilíbrios e/ou desrespeito sobre as características naturais do território (Freire & Ramos, 2014).

No substancial correspondem-lhe mundos distintos, onde o tradicional papel de complementaridade vai, na contemporaneidade, dando lugar a interdependências cada vez mais reconhecidas como assimétricas (Telles, 1992; Ferrão, 2000).

A industrialização criou as grandes concentrações urbanas e o despovoamento do espaço rural: a cidade cresce, afirma-se como centro de riqueza e de poder e desumaniza-se, e o espaço rural despovoava-se e desertifica-se; acompanha este fenómeno uma população que vive mais, que tem mais tempo livre e de lazer e que circula com mais facilidade, donde acrescem novas atividades e mobilidades. Da economia agrária passou-se a uma economia industrial, com conseqüente alteração da paisagem, expressa nos valores, na emergência de novos fenómenos urbanos e modos de vida; crescimento e dispersão de habitação e de atividades produtivas e transformadoras, consumo em massa, explosão de serviços e de comércio, crescente significado da mobilidade e afastamento das populações urbanas da produção de alimentos e da natureza, encontram-se entre as principais dinâmicas sentidas - mudanças que configuram a passagem de uma sociedade predominantemente rural para uma outra, marcadamente urbana (Batista & Costa, 2011).

A pesquisa atual confronta-se então com o desafio da procura de novos modelos de abordagem ou estratégias que tenham em consideração as mudanças económicas, socioculturais, estéticas e ecológicas associadas à paisagem. Cravidão & Fernandes (2003), Ferrão (2000) e Telles (1992) encontram-se entre os autores que defendem a aproximação, redescoberta e/ou reinvenção, no essencial o fortalecimento das relações de complementaridade entre o urbano e o rural. Telles (1992, p. 8) fala-nos em “(...) *ruralizar a cidade e urbanizar o campo, sem que esta atitude invalide os valores próprios de cada uma destas faces da sociedade portuguesa*”. Assim, a abordagem inclui a valorização unitária do espaço biofísico, fundamental à vida, e a afirmação dos valores culturais. A conceção do espaço é cada vez mais integrada e valorizadora de outras funções. No caso do rural, além das produtivas, consideram-se as de proteção, culturais e recreativas enquanto que o urbano, inclui as produtivas e as de proteção, em complementaridade com as funções dominantes.

Um outro conceito fundamental, abrangente, alvo de abordagens teóricas, sociais, espaciais e temporais muito diversificadas e um importante objetivo a alcançar por todos os indivíduos, independentemente do território onde vivem, é o de qualidade de vida (QdV). Termos como felicidade (Shin & Johnson, 1978), bem-estar (Andrews & Withey, 1976) e satisfação com a vida (Diener & Lucas, 2000) têm sido bastante utilizados para abordar a temática da QdV (Bramston et al., 2002; Rapley, 2003). Em geral, o termo QdV é usado para definir a qualidade ou as características das condições de vida humana, considerando como elementos essenciais, a saúde, a educação, o bem-estar físico e psíquico, para além de outros aspetos referentes às condições de vida individual e coletiva.

Desde que o conceito QdV foi usado pela primeira vez em termos sociais, em 1964, pelo presidente dos Estados Unidos Lyndon Johnson, deixando para trás a corrente economicista aceite até ao momento, na

medição do progresso social considera-se fundamental, para além do saldo bancário, a QdV percecionada pelas pessoas (Kluthcovsky & Takayanagui, 2007). Esta perspetiva multidimensional da QdV tem vindo a ser usada numa grande variedade de áreas científicas (Lindströ & Henriksson, 1996; Ferrell, 1995; Oort et al., 2005) e consolidada pela Comunidade Económica Europeia, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Santos, 2011) sendo considerada um factor relevante na definição das políticas comunitárias para o desenvolvimento sustentável, entre outras. Os estudos nesta área destacam a importância da perceção da QdV pela população, refletindo uma reorientação para três principais aspetos: i) reforço das dimensões do bem-estar subjetivo; ii) avaliação do desenvolvimento mediante um conjunto amplo de indicadores que não os estritamente económicos; iii) integração das preocupações de sustentabilidade ambiental, assumindo que a qualidade das condições ambientais e do desenvolvimento socioeconómico se reforçam mutuamente. (Ferrão & Guerra, 2004).

De acordo com Rego et al. (2014), as avaliações mais comuns de QdV são baseadas em indicadores estatísticos objetivos (Ferrão & Guerra, 2004; OECD, 2013), negligenciando as estimativas de QdV subjetivas (perceções), com foco nos territórios rurais (por exemplo Baltazar et al., 2000) ou áreas urbanas (por exemplo Bernardo & Palma-Oliveira, 2013) ou ainda abordagens setoriais (por exemplo Henriques et al., 2012;.. Bettencourt et al., 2013; Ramos & Carvalho-Ribeiro, 2013). Uma abordagem abrangente deve ter em conta a inseparabilidade entre as dimensões objetivas e subjetivas, comparando as perceções dos residentes (subjetivas) em diferentes áreas territoriais (objetivas), sejam rurais ou urbanas, havendo para tal necessidade de sistematizar as principais metodologias usadas no cálculo do índice da QdV (Tabela 1).

Instituição	Indicadores	Fonte
Organização Mundial de Saúde (OMS), 1991	Conjunto de 26 itens nos domínios, entre outros, da saúde física e psicológica, relações sociais e ambiente	http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/7775/1/WHO_MSD_MER_Rev.2012.02_eng.pdf?ua=1
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), 1961	11 dimensões agrupadas em: condições materiais de vida (rendimento, trabalho, habitação) e qualidade de vida (comunidade, ambiente, educação, segurança, governança, saúde, satisfação de vida e equilíbrio vida-trabalho)	http://www.oecd.org/std/47918063.pdf
União Europeia (UE)	8 + 1 dimensões, agrupadas da seguinte forma: condições materiais de vida; atividade produtiva; saúde; educação; equipamentos/meios de lazer e interações sociais; segurança física e económica; governação e direitos básicos; e ambiente; + realização pessoal de satisfação com a vida e bem-estar (experiência geral da vida)	http://ec.europa.eu/Eurostat/statistics-explained/index.php/Quality_of_life_indicators
Instituto Nacional de Estatística (INE), 2013	Índice de Bem-estar: - Condições materiais de vida (bem-estar económico; vulnerabilidade económica; trabalho e remuneração); - Qualidade de vida (saúde; balanço vida-trabalho; educação, conhecimento e competências; relações sociais e bem-estar subjetivo; participação cívica e governação; segurança pessoal; e ambiente)	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUE_Sdest_boui=208681836&DESTAQUESmodo=2

Tabela 1 - Principais Metodologias usadas no Cálculo do Índice da QdV. Fonte: Elaboração própria

2. Dados e Métodos

2.1. Dados, Domínios e Variáveis

O estado da arte no que diz respeito aos estudos sobre o rural e o urbano, em particular no que se refere à análise de conceitos e critérios de identificação de tais áreas são apresentados em Talaska et al. (2014) e Jacinto (1995). Em Telles (1992) e Ferrão (2000) acrescem ainda as referências sobre os traços mais marcantes das situações hoje dominantes e a definição de estratégias de intervenção, que visam o estabelecimento de novas relações de complementaridade entre o espaço rural e o urbano.

Uma vez que o objetivo é estudar o continente Português, é importante sublinhar a compreensão global da paisagem e definir as variáveis mais significativas capazes de distinguir as áreas urbanas das rurais. Portugal é caracterizado por uma significativa diversidade de paisagens, que resultam da sua posição geográfica, a configuração espacial, vários fatores naturais (topografia, geologia, solo e vegetação) bem como fatores históricos e culturais (antiga ocupação humana, a diversidade de produção, económicos, dinâmica e comportamento social). Os dados estatísticos foram recolhidos a partir do INE e PORDATA (para o último ano disponível) e de um estudo de caracterização da paisagem de Portugal continental (Abreu et al., 2004). As unidades territoriais de análise foram as NUTS III.

As variáveis habitualmente utilizadas para caracterização do urbano e, por oposição, do rural, compreendem critérios político-administrativos (perímetros urbanos; solo urbano e solo rústico; impostos prediais; entre outros) e demográficos (população total; densidade populacional; urbanização; atividades económicas da população) (Talaska et al., 2014). Outra variável importante relaciona-se com o espaço biofísico e cultural (expresso nas unidades de paisagem), como os conceitos de urbano e rural sugerem. No presente estudo, para distinguir ambas as áreas, selecionaram-se as variáveis listadas na Tabela 2.

Densidade Populacional (2011)
População empregada segundo os Censos por sector de atividade económica (2011)
População residente segundo os Censos: total e por dimensão dos lugares (<2000hab) (2011)
Número médio de alojamentos familiares clássicos por km ² (2011)
Explorações agrícolas segundo os Censos (2009)
Incêndios florestais (2011)
Resíduos urbanos recolhidos por habitante (2011)
Nº de unidades de paisagem (Abreu <i>et al.</i> , 2004)

Tabela 2 - Distinção Rural-Urbano: Principais Variáveis. Fonte: Elaboração própria a partir de dados INE e PORDATA e Abreu *et al.*, 2004

A análise da QdV, de acordo com a revisão da literatura apresentada, nomeadamente os critérios utilizados pela EUROSTAT (ver União Europeia na Tabela 1) e OCDE, baseia-se nas variáveis apresentadas na Tabela 3.

Domínios	
Condições (materiais) de vida	Poder de compra per capita (Número Índice) (2013) Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total (2013) Receitas de impostos das câmaras municipais per capita (IMI) (2013) Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total (2013) Beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social no total de beneficiários ativos (%) (2013) Depósitos de clientes nos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo: total (2013) Crédito concedido a clientes por bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo (Crédito à habitação) (2013) Número médio de pessoas residentes nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual segundo os Censos (2011)

Domínios	
Atividade produtiva	Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%) (2013) População desempregada segundo os Censos: total e por nível de escolaridade completo (2011) Taxa de desemprego segundo os Censos: grupo etário 15-64 anos (%) (2011) Taxa de emprego segundo os Censos: total e por grupo etário (%) (2011) Trabalhadores por conta de outrem: total e com o ensino superior (2013) Trabalhadores por conta de outrem: a tempo parcial (2013) Ofertas de emprego (média anual) disponíveis nos centros de emprego e formação profissional: total (2013) Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem (2013) Número de sociedades constituídas por número de sociedades dissolvidas: total e por sector de atividade económica principal (2013)
Saúde	Mortos por 100 acidentes de viação com vítimas (2013) Taxa de mortalidade infantil (permilagem) (2013) Acidentes de viação com vítimas por mil habitantes (2013) Habitantes por médico (2013) Habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde: total (2012) Habitantes por centro de saúde e extensão (2011) Índice de longevidade (2013)
Educação	Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino (2013) Alunos matriculados no ensino superior: total (2013) Diplomados por 100 alunos matriculados no ensino superior: total (2013) Estabelecimentos públicos em % do total de estabelecimentos no ensino secundário (2013) Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total (2011) População residente com 15 e mais anos segundo os Censos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado (Secundário e Superior) (2011) Docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total (2013)
Lazer e interações sociais	Cinema: espectadores por mil habitantes (2013) Despesa das Câmaras Municipais em cultura e desporto: total (2011) Espetáculos ao vivo: espectadores por mil habitantes (2013) Espetáculos ao vivo: número médio de espectadores por sessão (2013) Galerias de arte e outros espaços de exposição temporária: número de espaços (2013) Museus: total de visitantes (2013)
Segurança física	Crimes registados pelas polícias por mil habitantes (2013) Crimes registados pelas polícias: total (2013) Crimes registados pelas polícias: contra as pessoas (2013) Crimes registados pelas polícias: contra o património (2013) Crimes registados pelas polícias: contra a vida em sociedade (2013) Crimes registados pelas polícias: contra o Estado (2013)
Governança	Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (2011) Taxa de abstenção nas eleições para a Presidência da República (2011) Taxa de abstenção nas eleições para as Autarquias Locais (2013)
Ambiente	Área ardida (ha) (2013) Bombeiros (2013) Despesas dos municípios em ambiente: total (2013) Organizações não Governamentais de Ambiente (ONGA): número (2013) Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (2013)

Tabela 3 - Qualidade de Vida – Domínios e Variáveis. Fonte: Elaboração própria a partir de dados INE e PORDATA

2.2 Métodos

Para atingir os objetivos fixados, foram utilizados os seguintes métodos: (i) Análise de *Clusters* com vista a distinguir áreas rurais de áreas urbanas; (ii) Estatística descritiva para estudar e analisar os *clusters* obtidos; (iii) Questionário com o intuito de identificar a componente subjetiva e latente do Índice Qualidade de Vida.

2.2.1 Estatística Descritiva e Multivariada

A estatística multivariada, mais especificamente a análise de *clusters*, foi utilizada para diferenciar as áreas rurais das urbanas. Dado o número de observações, considerou-se que o método hierárquico como o mais adequado. A validação foi efetuada através da comparação de resultados obtidos com diferentes métodos: o critério *Between-groups* e o critério de *Ward*, baseados na medida de distância euclidiana ao quadrado. Não sendo a análise de *clusters* uma técnica inferencial, não existem, para a mesma, pressupostos metodológicos. Neste sentido foram realizadas análises baseadas na ANOVA e na análise discriminante com vista a uma mais robusta validação dos resultados. Aos *clusters* obtidos foi aplicada estatística descritiva para melhor entender e caracterizar os grupos em estudo. Foram ainda usadas medidas descritivas baseadas na média, desvio-padrão e mediana com o propósito de conhecer estes grupos e identificar as variáveis que melhor contribuem para os distinguir.

2.2.2. Inquérito por Questionário

Como anteriormente referido, a QdV é um conceito abrangente que interliga diferentes abordagens. Um dos campos de análise distingue os aspetos objetivos e subjetivos da QdV. Os primeiros são facilmente percebidos pelos indicadores quantitativos (como os apresentados na Tabela 3). Os segundos, relacionados com a perceção subjetiva que cada indivíduo tem da QdV, variam de pessoa para pessoa. Assim, os indicadores de QdV têm diferentes interpretações e significados, dependendo da estrutura socioeconómica da população e do contexto espacial e temporal.

Sendo a participação dos cidadãos essencial para o consenso social, para a cidadania e democracia e, conseqüentemente, também para melhorar a QdV, considerou-se fundamental a aplicação de um inquérito por questionário. Este foi desenvolvido com o propósito de recolha e avaliação das opiniões ou perceções de cada pessoa, expressas pela sua satisfação (ou insatisfação), em relação às suas referências ou padrões (implícitos ou explícitos) de condições de bem-estar e de vida. Os diversos domínios incluídos na pesquisa seguiram as orientações do EUROSTAT e da OCDE e incluíram a QdV, a saúde e bem-estar, o crime e a segurança na comunidade, a cultura e as redes sociais, o poder local, o ambiente, os transportes e o bem-estar económico.

O pré-teste do questionário, foi aplicado em formato on-line a uma amostra de conveniência de 50 residentes em áreas urbanas e rurais. O trabalho de campo, que ocorreu entre o início de junho e o final de julho de 2016, permitiu a obtenção de resultados preliminares a partir de 30 questionários de inquiridos urbanos e 20 de rurais.

3. Resultados

3.1. Análise de *Clusters* e estatística descritiva

Na análise de *clusters* realizada a partir das variáveis identificadas na Tabela 2, obtiveram-se dois grandes grupos:

C1: *cluster* constituído pelas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;

C2: *cluster* constituído pelas restantes regiões de Portugal NUTS III.

Os resultados mostram que há diferenças significativas nos dois grupos. Por exemplo, as áreas metropolitanas concentram a maioria da população, assim como atividades sociais, produtivas e recreativas. Por outro lado, as regiões mais rurais caracterizam-se por densidade populacional baixa e fracos níveis de atividades.

Os testes baseados na ANOVA indicam não existir diferenças estatisticamente significativas para as variáveis Explorações Agrícolas e Resíduos Urbanos Recolhidos por habitante. No caso das Explorações

Agrícolas, a não diferença entre *clusters* pode ser explicada pela localização das sedes das grandes empresas agrícolas estar em grandes centros populacionais e produtivos. Já no caso da variável referente à recolha de Resíduos Urbanos por habitante, o resultado poderá estar relacionado com o investimento que foi feito em Portugal para providenciar um conjunto de infraestruturas básicas ao longo do país, homogeneizando assim as diferentes regiões.

A Figura 1 mostra a distribuição por grupos da variável Poder de Compra. Esta variável pode ser considerada como *proxy* para medir o a qualidade de vida, numa abordagem muito elementar.

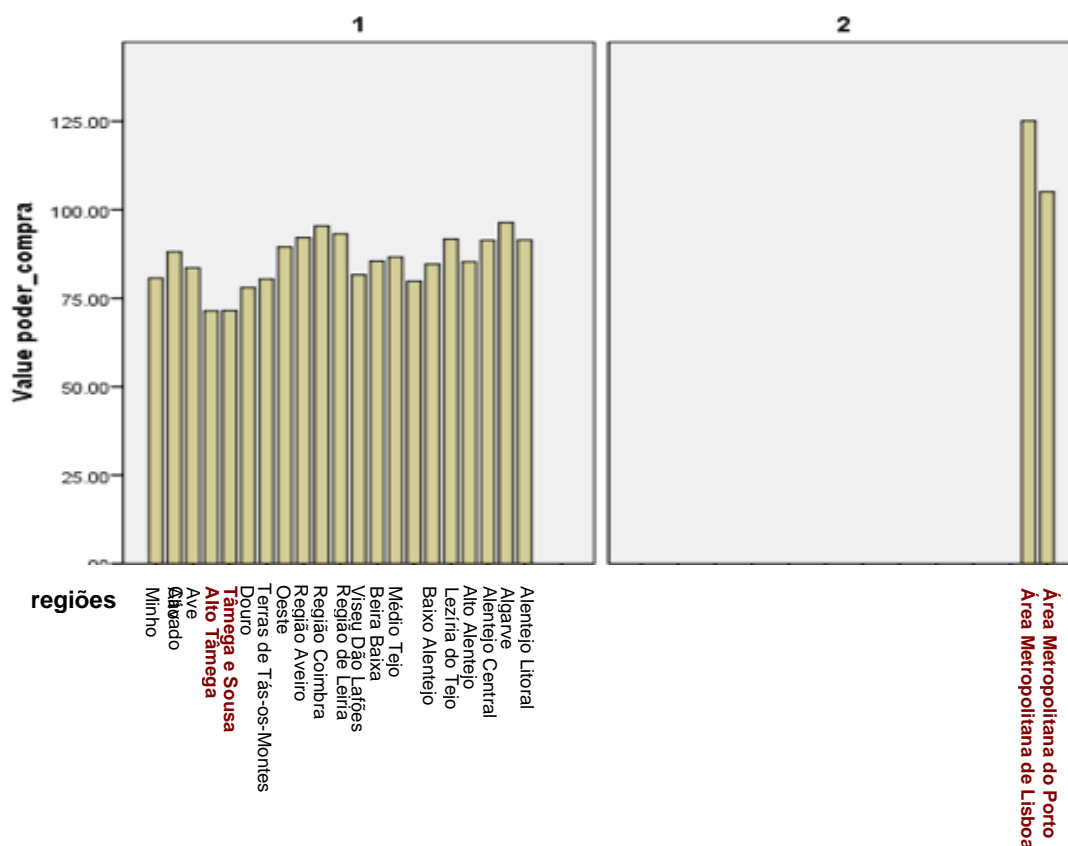


Figura 1 - Poder de Compra nas regiões dos grupos em análise. Fonte: Elaboração própria

A Figura 1 mostra a distância entre os dois grupos relativamente à variável Poder de Compra. Provavelmente esta é uma das variáveis mais significativas para a distinção entre os grupos obtidos. Outro exemplo é o Índice de Longevidade, que não se mostra diferente nos dois grupos. Tal resultado poderá ser explicado pelo envelhecimento da população, generalizado, de um modo geral, a todo o território. O melhor acesso a cuidados de saúde e existência de mais medidas de saúde pública, poderão ser fatores que homogeneizam a condição da população, ao longo do país, no que toca a esta variável.

3.2. Componente subjetiva da QdV

A componente subjetiva da QdV foi analisada a partir dos resultados do estudo preliminar (pré-teste do questionário) acerca da perceção da população residente em áreas urbanas e/ou rurais em relação aos diversos domínios da QdV, e apresentam-se na Tabela 4.

Dimensões	Resultados
QdV	80% Positivamente; 20% Bom e Crescente
Saúde e bem-estar	85% Excelente (Rural); 65% Bom (Urbano)
Crime e Segurança	Problemas indesejados (49% Urbano; 35% Rural) Inseguro (71% Urbano; 86% Rural)
Sociedade, cultura e identidade	Sentido de comunidade (76% Rural; 35% Urbano) Presença em Redes sociais (60% <i>Facebook</i>) Sentimento de isolamento e solidão (58% Urbano; 65% Rural) Confiança nos outros (65% Rural; 49% Urbano) Impacto positivo da maior diversidade cultural (54% Rural; 75% Urbano)
Local Governance	Participação razoável (60% Urbano; 71% Rural)
Estilo de Vida	Utilização de transportes públicos (88% Áreas Urbanas; 21% Áreas Rural) Emprego a tempo inteiro (65% Rural; 53% Urbano) Trabalho em part-time (22% Urbano; 15% Rural) Bem estar económico (10% Urbano; 8% Rural)
QdV - Percepção Global	Muito bom (58% Urbano; 77% Rural); Muito mau (12% Urbano; 6% Rural)

Tabela 4. Percepções individuais acerca da QdV. Fonte: Elaboração própria

A maioria (80%) dos respondentes que vivem em zonas rurais e urbanas classificam positivamente o respetivo nível global de QdV; têm orgulho na sua cidade ou área local; para 20% da população este atributo tem a classificação de bom e melhorou nos últimos 12 meses.

Considerando o domínio da saúde, 8 em 10 (85%) dos respondentes que vivem em áreas rurais e 6 em 10 (65%) dos que vivem nas áreas urbanas classificam a saúde e o bem-estar como excelente e bom, respetivamente. A frequência na realização de exercício físico é maior entre os residentes urbanos. Pouco menos de metade (48%) dos respondentes que vivem em áreas urbanas afirmam que praticam atividade física 3 ou mais dias por semana. Em geral, os respondentes consideram que tem um nível de bem-estar emocional positivo e que são felizes (52%). Apenas 2 em 10 respondentes das áreas urbanas se consideram expostos, regularmente, a situações de *stress*, o que tem um efeito negativo nos domínios em análise.

Em termos da percepção dos residentes acerca do crime e de outros problemas indesejados (sentimento de segurança), cerca de metade (49%) dos residentes nas áreas urbanas consideram o vandalismo, os roubos ou danos em automóveis e a presença de pessoas consideradas perigosas como problemas que se verificaram na área de residência ao longo dos últimos 12 meses. Nas áreas rurais esta percentagem é mais baixa (35%). A maioria (86%) dos respondentes rurais sente-se seguros em casa, de dia e de noite; 3 em 10 (29%) consideram-se inseguros em casa durante a noite.

Três quartos dos respondentes (76%) das áreas rurais concordam na importância do sentido de comunidade com os outros habitantes seus vizinhos e concordam que atualmente vivem um sentimento de comunidade com os mais próximos na sua comunidade local. Nas áreas urbanas esta proporção é apenas de 35%. A razão mais apontada para a falta de sentido de comunidade é a vida ocupada que levam. A maioria dos respondentes (60%) usou redes sociais, sobretudo através do *Facebook* e *Twitter*. Contudo, nos últimos 12 meses, 58% dos residentes nas áreas rurais e 65% dos urbanos, apesar dos contactos com os outros habitantes da localidade, sentiram-se isolados e sós. Cerca de 65% dos respondentes das áreas urbanas e 49% das zonas rurais afirmam que podem confiar nas pessoas e cerca de metade (54%) dos respondentes das áreas rurais e

três quartos (75%) dos urbanos consideram que a maior diversidade cultural (diferentes estilos de vida e culturas provenientes de diversos locais / países) tornam a região onde estão um melhor lugar para viver.

Em ambas as áreas os entrevistados confiam que, ao nível do poder local, os decisores tomam decisões no melhor interesse da sua região. Pouco mais da metade (60%) dos residentes em áreas urbanas e um pouco mais (71%) nas áreas rurais participa razoavelmente nos processos de tomada de decisão e de governação.

Quando questionados sobre alguns dos domínios integrados na QdV, nomeadamente, o ambiente construído e natural, os transportes e a situação de emprego/bem-estar económico, mais de três quartos (79%) em ambas as áreas de residência, concorda que a sua cidade / região é um ótimo lugar para se viver. As razões mais citadas por aqueles que sentem uma sensação de orgulho pelo local de residência são um bom estilo de vida global (sem *stress*, paisagem bonita em termos ambientais, existência de parques, espaços verdes ou jardins). As três razões mais citadas para aqueles que não sentem a sua área de residência como um bom lugar para viver são a dificuldade de transporte, a estabilidade de trabalho e o crime e insegurança.

A maioria (79%) dos inquiridos que vivem em áreas rurais afirmam ser o carro o seu principal meio de transporte razão que justifica o facto da frequência de utilização dos transportes públicos ser maior nas áreas urbanas (88%) do que nas áreas rurais (21%). Em relação à percepção relativa ao transporte público, mais de quatro em cada dez (42%) dos residentes em áreas urbanas, considera-o acessível.

Em relação à situação de emprego, mais de metade (65%) dos inquiridos em áreas rurais e apenas metade (53%) em áreas urbanas, possuem emprego a tempo integral, encontrando-se 22% (áreas urbanas) e 15% (áreas rurais) em situação de emprego a tempo parcial. Ambos os grupos estão satisfeitos com o equilíbrio entre trabalho e outros aspetos da sua vida e concordam que os seus custos com a habitação são elevados. Consequentemente, precisam de trabalho extra para cobrir os custos domésticos. Apenas um em cada dez (10%) dos entrevistados que vive em áreas urbanas e menos de um nas áreas rurais (8%) afirmam ter dinheiro mais do que o suficiente.

De uma forma geral, a QdV é percebida como muito boa em aproximadamente metade dos inquiridos na área urbana (58%) e em mais de três quartos em áreas rurais (77%), sendo entendida como muito má numa proporção relativamente pequena em ambas as áreas (12% e 6% respetivamente, em áreas urbanas e áreas rurais).

Considerações finais

Utilizando uma abordagem multi-método, o estudo pretendeu distinguir as áreas urbanas das rurais em Portugal, tendo com referência as NUTS III. O objetivo foi ainda analisar algumas variáveis que permitem medir a qualidade de vida em ambos os territórios e identificar as principais razões (através daquelas variáveis) pelas quais estes territórios são escolhidos pelos indivíduos como lugares onde é possível alcançar um bom nível de qualidade de vida.

Até ao momento a informação primária foi obtida pela aplicação de um questionário (pré-teste) a uma amostra de conveniência da população portuguesa urbana e rural. A informação secundária relacionada com a distinção entre o urbano e o rural e os atributos do conceito de qualidade de vida foram recolhidos através do INE, PORDATA e de um estudo de caracterização da paisagem de Portugal continental (Abreu et al., 2004). Através deste estudo de caracterização da paisagem foi possível integrar a variável Número de Unidades de Paisagem para distinguir as áreas urbanas das rurais, o que se considera inovador em estudos desta natureza.

Os métodos utilizados foram a análise de *clusters* para diferenciar as áreas urbanas das rurais e estatística descritiva para verificar as diferenças entre os *clusters* identificados, através de algumas variáveis para medir a qualidade de vida. Foi aplicado o questionário referido tendo em vista identificar a componente subjetiva do índice de qualidade de vida, o qual nem sempre é considerado em estudos similares, dada a dificuldade da sua análise.

O resultado da análise de *clusters*, realizada com as variáveis utilizadas para distinguir o urbano do rural, permitiu identificar dois *clusters*: um primeiro onde se integram claramente as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e um segundo constituído por todas as restantes NUTS III portuguesas. Estes resultados evidenciam as diferenças significativas entre os dois *clusters* – áreas metropolitanas onde se concentram a maior parte da população e das atividades sociais, produtivas e de lazer em oposição às restantes NUTS III portuguesas caracterizadas, em geral, por baixa densidade de ocupação e de atividades – bem como o facto de não se verificarem diferenças significativas no que se refere a usos e ocupação ao longo do território continental, seja entre norte ou sul ou litoral ou interior. A análise descritiva confirma claramente as diferenças entre os *clusters* identificados, apresentando as áreas metropolitanas, para a maioria das variáveis utilizadas, níveis correspondentes de maior dinâmica populacional, atividade económica e social e maior qualidade de vida.

Apesar do carácter preliminar ainda associado à aplicação do questionário, tendo em vista a análise da componente subjetiva do índice de qualidade de vida, os resultados obtidos contribuem para uma melhor perceção da qualidade de vida pelos diferentes residentes, em cada território (urbano ou rural), enfatizando a importância da dimensão subjetiva do conceito (os estudos disponíveis, regra geral, medem a qualidade de vida apenas através de indicadores estatísticos objetivos). Este é um aspeto que se revela da maior importância, uma vez que as medidas de política pública devem ter em atenção aspetos que vão para além do evidenciado por dados e métodos estatísticos, incluindo nas suas propostas a perceção de cada indivíduo a par das diferentes características de cada região (políticas baseadas no lugar), tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das populações.

Como desenvolvimentos futuros, considera-se fundamental ampliar a aplicação do questionário a uma amostra significativa da população bem como ensaiar a aplicação dos modelos *fuzzy* (Ragin 1987 e 2008), uma abordagem que permite identificar as condições necessárias e suficientes de uma determinada condição *output*, neste caso a QdV (Wagemann & Schneider 2010). Esta metodologia *fuzzy* distingue-se da regressão linear por a sua base residir na análise qualitativa das relações causa-efeito entre condições dependentes e independentes, afigurando-se no contexto deste estudo mais adequada, por se pretenderem conhecer as condições para a QdV e não propriamente a estimação desta última.

Referências

- Abreu, A. C., Correia, T., & Oliveira, R. (Coord.) (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Lisboa: DGOTDU.
- Andrews, F. M., & Withey, S. (1976). *Social indicators of well-being: Americans' perceptions of life quality*. New York: Plenum Press.
- Baltazar, M. S., Amaral, M. T., & Santos, M. O. (2000). A Qualidade de Vida em Dois Concelhos do Alentejo, *Revista Economia e Sociologia*, 70, 201-221.
- Batista, D., & Costa, M. R. (2011). Towards Integrating Rural Vernacular Settlements” In Urban Regions: A study of Algarve, Portugal, *ISVS e-journal. Journal of the International Society for the Study of Vernacular Settlements*, 35-51.
- Bernardo, F., & Palma-Oliveira, J. M. (2013). Place identity and place scale: the impact of place salience, *Psychology*, 4, 167-193.
- Bettencourt, E., Tilman, M., Henriques, P., Narciso, V., & Carvalho, M L. (2013). The Economic and Sociocultural Role of Livestock in the Wellbeing of Rural Communities of Timor-Leste, *CEFAGE-UE Working Paper 2013/1*.

- Bramston, P., Pretty, G., & Chipuer, H. (2002). Unravelling subjective quality of life: an investigation of individual and community determinants, *Social Indicators Research*, 59(3), 261-274.
- Craividão, F., & Fernandes, J. (2003). Urbano e Rural: a convergência de dois conceitos ou outros modos de “olhar” o território?, *Revista Portuguesa de História*, XXXVI (2002-2003), 417-429.
- Diener, E., & Lucas, R. E. (2000). “Subjective emotional well-being”. In M. Lewis & J.M. Haviland-Jones (Ed.). *Handbook of Emotions* (pp. 325-337). New York: Guilford Press.
- Domingues, A. (2011). *Vida no campo*. Porto: Dafne Editora.
- Eurostat (s.d.). *Quality of life indicators*. Consultado em 20 junho 2016 em http://ec.europa.eu/Eurostat/statistics-explained/index.php/Quality_of_life_indicators
- Ferrão, J. (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o future, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 45-54.
- Ferrão, J., & Guerra, J. (2004). *Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida, Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (Continente)*. Lisboa: Observa-Ambiente, Sociedade e Opinião Pública.
- Ferrell, B. (1995). The impact of pain on quality of life. A decade of research, *The Nursing Clinics of North America*, 30(4), 609-624.
- Freire, M., & Ramos, I. (2014). Solo agrícola e agricultura em espaço urbano: dinâmicas. O exemplo de Évora, *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 6, 113-134.
- Henriques, Pedro, Narciso, Vanda, Branco. Manuel (2012). “O papel dos sistemas tradicionais de uso da terra no bem-estar das populações rurais de Timor-Leste”. In M. Leach, N. C. Mendes, A. B. da Silva, B. Boughton & A. da C. Ximenes (Ed.). *Peskiza foun kona ba/Novas investigações sobre/New Research on/Penelitian Baru mengenai Timor-Leste*. Hawthorn: Swinburne Press. Recuperado em 18 de julho, 2016, de <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/artigos/12.pdf>.
- INE (2013). *INE divulga Índice de Bem-estar para Portugal, 2004-2012*. Consultado em 20 de junho de 2016 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=208681836&DESTAQUESmodo=2
- Jacinto, R. (1995). *O mundo rural e o seu desenvolvimento. Notas, Notícias e Recensões*. Recuperado em 12 de julho, 2012, de http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo14/artigo10.
- Kluthcovsky, A. C., & Takayanagui, A. M. (2007). *Qualidade de Vida – Aspectos conceituais*. Brasil: Observatório Nacional do Idoso.
- Lindströ, B., & Henriksson, B. (1996). The essence of existence on the quality of life of children in the Nordic countries, *Scandinavian Journal of Social Welfare*, 5(2), 117-118.
- OECD (2011). “Quality of life” In *Compendium of OECD Well-Being Indicators*. Consultado em 20 junho 2016 em <http://www.oecd.org/std/47918063.pdf>
- OECD (2013). *How's Life? 2013: Measuring Well-being*. Paris: OECD Publishing.
- Oort, F., Visser, M., & Sprangers, M. (2005). An application of structural equation modeling to detect response shifts and true change in quality of life data from cancer patients undergoing invasive surgery, *Quality of Life Research*, 14(3), 599-609.
- Ragin, C. (1987). *The Comparative Method: Moving beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley: University of California Press.
- Ragin, C. (2008). *Redesigning Social Inquiry: Fuzzy Sets and Beyond*. Chicago: The University of Chicago Press.

- Ramos, I. J., & Carvalho-Ribeiro, S. M. (2013). “Comparing users preferences with landscape planning and management proposals at regional level – tourism sector”. In J. R. Fernandes, L. Cunha & P. Chamusca (Ed.), *Geografia & Política, Políticas e Planeamento* (pp. 178-192). Porto: Universidade do Porto/CEGOT.
- Rapley, M. (2003). A Life of Quality – Just What Does QOL Mean? *Quality of Life Research*, CA: Sage Publications Inc., 26-62.
- Rego, M. C., Ramos, I. J., Oliveira, M. M., Lucas, M. R., & Baltazar, M. S. (2014), Differences in intra-regional development in Portugal? A multivariate approach, *CEFAGE-UE Working Paper 2014/18*.
- Shin, D., & Johnson, D. (1978). Avowed happiness as an overall assessment of the quality of life, *Social Indicators Research*, 5(1), 475-492.
- Talaska, A., Silveira, R., & Etges, V. (2014). Cidade e campo: para além dos critérios e atributos, as relações e contradições entre o urbano e o rural, *Revista Bibliográfica de Geografía Y Ciencias Sociales* (Biblio 3W), XIX(1090). Recuperado em 13 de julho, 2016, de <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1090.htm>.
- Telles, R. (1992). *Jubilação do Prof. Gonçalo Ribeiro Telles*. Évora: Universidade de Évora.
- Wagemann, C., & Schneider, C. (2010). Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Fuzzy-sets: Agenda for a Research Approach and a Data Analysis Technique, *Comparative Sociology*, 9, 376-96.
- World Health Organization (WHO) (2002). Consultado em 20 setembro 2016 em http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/77775/1/WHO_MSD_MER_Rev.2012.02_eng.pdf?ua=1

¹ Os autores agradecem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia e FEDER / COMPETE (UID/ECO/04007/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007659).Com o apoio financeiro da FCT/MEC através de fundos Nacionais e quando aplicável co-financiado pelo FEDER no Âmbito do acordo de parceria PT2020.

² “O rural é um adjetivo que qualifica culturas, visões do mundo, imaginários...e, por arrastamento, as gentes e a geografia, o território e as paisagens desses imaginários” (Domingues, 2011, p. 121).